



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23079.019403/2019-32

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de emissão de certificação digital e fornecimento do dispositivo de operação e armazenamento de chaves criptográficas – tipo token para atender às necessidades das diversas Unidades Administrativas da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	SOLIC. MÍNIMO (UNID)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153115)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153152)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 158219)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 158229)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153127)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153160)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153162)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153151)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153145)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153148)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153150)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153137)	QTD TOTAL ANUAL (UASG: 153132)	QUANT. TOTAL ANUAL	VLR. MEDIANO UNIT. (R\$)	VALOR MEDIANO TOTAL (R\$)
01	27189	Emissão de certificado digital A3, com token pessoa física. Dispositivo de operação e armazenamento de chaves criptográficas / Certificados Digitais - Token USB, com serviço de emissão, renovação e validação de Certificados Digitais do tipo A3, pessoa física (e-CPF), padrão ICP – Brasil	01	300	200	05	08	03	04	03	04	10	10	50	03	08	608	217,99	132.537,92

1.2. Devendo obedecer aos seguintes requisitos técnicos:

- a) Token criptográfico USB, em modelo homologado conforme padrão ICP-Brasil e constante na lista de homologação atual disponível no site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- b) Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A, versão 2.0 ou superior, através de conexão direta à porta, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
- c) Possuir total compatibilidade com os certificados digitais e-CPF e e-CNPJ, tipo A3, com validade de 3 anos, padrão ICP-Brasil);



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

- d) Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo 6 (seis) caracteres, de acordo com critérios da CONTRATANTE;
- e) Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number);
- f) Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- g) Ser aderente a Resolução nº 65 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL), de 09 de junho de 2009, que define os novos certificados com no mínimo base em algoritmo de criptografia SHA2 e tamanho de chaves de 2048 bits;
- h) Suportar aos principais browsers de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Safari e Google Chrome;
- i) Ser compatível e possuir documentação técnica, drivers, manuais de uso e de instalação dos certificados digitais nos sistemas operacionais, Windows vista, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Linux e Mac OS em suas versões mais recentes;
- j) Possuir e disponibilizar software de gerenciamento do dispositivo no idioma português do Brasil, que permita o gerenciamento das funcionalidades do dispositivo, a visualização de certificados armazenados e a reutilização de dispositivos bloqueados, através da exclusão total dos dados armazenados, bem como a exclusão de certificados vencidos ou revogados e a geração de nova senha de acesso;
- k) Caso o dispositivo necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo dispositivo deverá ser fornecido, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da notificação.
- l) Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil tipo Token USB, a ser fornecido pela contratante ou adquirido junto à contratada;
- m) Permitir a gravação do certificado em dispositivos, fornecidos pela contratante, de qualquer fabricante sem qualquer ônus adicional;
- n) Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil;
- o) Possuir nível A3;
- p) Possuir validade mínima de 03 (três) anos, contados a partir da data de sua emissão;
- q) Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros;
- r) Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, SisuGestão, etc.);
- s) Ser aderente a Resolução nº 65 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL), de 09 de junho de 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.4. Os fornecimentos / serviços objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT e Catálogo Unificado de Serviços - CATSER do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

2.2. A presente solicitação se dá pela necessidade dos servidores desta IFES, diante da implantação do SEI e no desempenho de suas atividades que requerem a assinatura digital de seus registros junto aos diversos sistemas estruturantes do Governo Federal em operações como: Ordenações de despesas, aprovações de viagens, realizações e homologações de pregões eletrônicos e cotações eletrônicas, homologações de folhas de pagamento, e quaisquer outros serviços que exijam assinatura digital.

2.3. Tendo em vista o fim da gratuidade na concessão desse serviço pelo MPOG em dezembro de 2016 faz-se necessário a contratação de empresa especializada para prestação do serviço.

2.4. Uma vez que as diversas emissões de certificações digitais atualmente em utilização nos diversos departamentos desta IFES se deram em datas distintas, não há condições de previsibilidade de período comum de término de suas validades que possuem prazo de 36 (trinta e seis) meses para cada certificação digital emitida.

2.5. Considerando tratar-se de um serviço de necessidade constante e sem data unificada para vencimento dos certificados digitais já emitidos, o quantitativo informado no quadro constante do item 1 foi estimado com base no número de certificados digitais atualmente existentes nas Pró-Reitorias 3, 4, 6 e Gabinete do Reitor, Unidades com um acréscimo de 20 % (vinte por cento), levando-se em conta ainda a previsão de admissão de novos servidores.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. São participantes os seguintes órgãos:

3.1.1. Hospital Universitário da UFRJ – UG: 153152;

3.1.2. Colégio de Aplicação da UFRJ – UG: 158219;

3.1.3. Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ – UG: 158229;

3.1.4. Decanato do Centro de Letras e Artes da UFRJ – UG: 153127;

3.1.5. Coord. dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ – UG: 153160;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

- 3.1.6. Mec-Museu Nacional da UF/RJ – UG: 153162;
- 3.1.7. Instituto de Doenças do Tórax da UFRJ – UG: 153151;
- 3.1.8. Mec-Instituto de Biofísica da UF/RJ – UG: 153145;
- 3.1.9. Instituto de Neurologia Deolindo Couto da UFRJ – UG: 153148;
- 3.1.10. Instituto de Puericultura e Pediatria Mat. Gesteira da UFRJ – UG: 153150;
- 3.1.11. Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da UFRJ – NUPEM – UG: 153137;
- 3.1.12. Decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ – CCJE – UG: 153132.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. A descrição da solução como um todo. Conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviço de emissão de certificado digital, com token pessoa física.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de materiais / serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, em seu art. 1º, parágrafo único, e do Decreto nº 5.450, de 2005 em seu art. 2º, §1º.
- 5.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 6.1.1. Manter para o contratante ou à sua disposição, a qualquer momento, em horário compreendido entre 8 e 17 horas (horário local), de segunda a sexta-feira, atendimento com funcionários suficientes para atender prontamente às solicitações decorrentes dos serviços.
- 6.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 6.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

7. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
 - 7.1.1. A Contratante enviará através de e-mail a relação da documentação necessária à emissão da certificação digital do(s) servidor(es) para pré-análise da empresa certificadora que deverá responder quanto à conformidade em até 48 (quarenta e oito) horas;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

7.1.2. Quando da aprovação da documentação e resposta de que trata o item 7.1.1. a contratada deverá disponibilizar possíveis datas para agendamento da visita do(s) servidor(es) da Administração ao domicílio informado pela contratada para emissão do(s) certificado(s) digital(is), que não poderão exceder 07 (sete) dias úteis;

7.1.3. A contratada deverá prestar o serviço para atender a demanda da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO no município do Rio de Janeiro/RJ.

7.1.4. Caso a contratada não possua domicílio no município do estado sede da contratante deverá indicar representante para realizar o serviço, conforme item 7.1.3.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada após emissão de contrato ou nota de empenho, conforme necessidade da Administração e forma de prestação dos serviços prevista no item 6.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 07 (sete) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos em até 05 (cinco) dias úteis, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos a autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

9.4. Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

9.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos a Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração a continuidade do contrato.

13. PRODUTIVIDADE DE REFERÊNCIA

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente a contratação.

13.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei 8666, de 1993.

14.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

14.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de Fatura abril de 2018.

14.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.3.1. o prazo de validade;

14.3.2. a data da emissão;

14.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.3.4. o período de prestação dos serviços;

14.3.5. o valor a pagar; e

14.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.5. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.6. não produziu os resultados acordados;

14.7. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.8. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente

14.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

15. DA GARANTIA

15.1. A contratada deverá oferecer garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os dispositivos de armazenamento das certificações digitais, quando fornecidos pela contratada, e garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para as certificações digitais após suas emissões.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.1.6. não manter a proposta.

16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

16.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de 01 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

16.2.3. multa compensatória de até 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional a obrigação inadimplida;

16.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA – PR-6

16.3. Também ficam sujeitas as penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

16.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2019.

Aprovo o Termo de Referência,

ELAINE DE SOUZA BARROS
Coordenadora-Geral de Contratos – PR-6

ANDRÉ ESTEVES DA SILVA
Pró-Reitor de Gestão e Governança – PR-6